



GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO



ATA DE REUNIÃO DO  
CONSELHO CONSULTIVO DA REGIÃO METROPOLITANA  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

| Reunião    |  |
|------------|--|
| Data       | Local                                  |
| 24/09/2020 | Plataforma digital de videoconferência |

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e vinte, às 11h, membros do Conselho Consultivo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, relacionados no final da presente Ata, reuniram-se em caráter não presencial (virtual), através de plataforma digital de videoconferência, com base na Lei Complementar Estadual nº 184/2018, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1º - Acompanhamento do Projeto de prestação dos serviços públicos de fornecimento de água, esgotamento sanitário e serviços complementares (cont); 2º - Discussão sobre Plano Metropolitano de Saneamento (cont); 3º- Assuntos Gerais. Com a palavra, o Vice-Presidente do Conselho, **Sr. Márcio Garcia**, consignou que em razão da ausência de quorum para deliberações, a reunião teria apenas caráter informativo, a não ser que ao longo do ato fosse atingido o quorum mínimo para tornar deliberativa. Seguidamente, passou a palavra ao Presidente do Conselho, **Sr. Juarez Fialho**. Com a palavra, informou que por falta de tempo e questões familiares, não conseguirá mais participar do Conselho, razão pela qual se despede de todos, devolvendo a palavra ao Presidente em exercício **Sr. Márcio Garcia**. Seguidamente, a palavra foi concedida ao **Sr. Alexandre Mendes**, Diretor de Saneamento do Instituto Rio Metr pole que trouxe informações sobre o processo final de outorga da CEDAE. O Diretor informou que vem sendo feito um trabalho corpo a corpo junto às Prefeituras e que com isso, dos 64 municípios, 47 já aderiram ao projeto. Assim, percebe-se que o trabalho atingiu 90% da população assistida pela CEDAE. Destacou que dentro deste universo de 47 Municípios foram formados grupos, dentre eles o metropolitano, que conta com 22 Municípios. No mais, houve adesões por lei específica e outras por ofício. Dos 17 municípios que não aderiram, cada um teve seu motivo, como por exemplo, concessões em curso. No entanto, o modelo de concessão elaborado pelo BNDES prevê a oportunidade que, caso haja interesse de adesão, no momento final das concessões em curso, os Municípios que não fizessem a adesão agora pudessem reavaliar a entrada no projeto como um todo. Concluindo, disse que embora a adesão não tenha sido de 100%, foi bem próxima. Com a palavra o **Deputado Luiz Paulo**, perguntou quais Municípios aderiram por lei aprovada na câmara dos vereadores e quais aprovaram apenas por vontade expressa do Prefeito, que deixará o mandato daqui a 30 dias. **Sr. Márcio Garcia**, Presidente em exercício, pediu a palavra para responder às indagações. Disse que os Municípios de Aperibé, Bom Jardim, Cambu i, Carapebus, Duas Barras, Engenheiro Paulo de Frontin, Itaocara, Laje de Muria e, Natividade, Pira i, Qui am a, São José de Ub a, Sapucaia, Saquarema e Sumidouro aderiram mediante ofício enviado pelo Prefeito. Seguidamente, nominou os municípios que aderiram por meio de lei editada por suas Câmaras Municipais: Cantagalo, Casimiro de Abreu, Cordeiro, Macacu, Miguel Pereira, Miracema, Paty do Alferes, Pinheiral, Rio Claro, São Francisco de Itabapoana, São Sebast o do Alto e Vassouras. Com a palavra **Deputado Luiz Paulo**, destacou que foi citado o Município de Saquarema como tendo aderido por ofício. Ocorre que, ele faz parte das duas concessões do Sistema Lagos, que giram em torno de Juturnaiba, então disse não conseguir entender como um Município que já faz parte de uma concessão vai entrar



GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO

ATA DE REUNIÃO DO  
CONSELHO CONSULTIVO DA REGIÃO METROPOLITANA  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



em outra. Colocou ainda que gostaria de saber como ficou o Município da Capital, com a demanda jurídica que tem. **Sr. Alexandre Mendes**, com rela o   primeira indaga o, respondeu que alguns Municípios com concessão em curso talvez não seja total, pode ter com rela o   água e não ter com rela o ao esgoto. No mais, o BNDES abriu a possibilidade de uma adesão parcial e no fim da concessão em vigor o Município se pronunciar  se pretende aderir a parte que ele não era concessionário anteriormente. **Deputado Luiz Paulo** destacou que, salvo erro de memória, a concessão que Saquarema participou era de água e esgoto. **Sr. Alexandre Mendes** se comprometeu a fazer uma pesquisa específica sobre Saquarema e posteriormente enviar ao Deputado. **Sra. Nathalie Giordano**, Procuradora do Instituto Rio Metr pole, agradeceu a colabora o do Sr. Alexandre e cumprimentou a todos os presentes. Seguidamente, pediu ao Deputado Luiz Paulo para explicar melhor sua pergunta com rela o ao Município do Rio de Janeiro. **Deputado Luiz Paulo** explicou que a Cidade do Rio de Janeiro   o ponto central da concessão. A prática dos subsídios cruzados depende fundamentalmente da adesão do Município da Capital e que leu em diversas matérias de jornais que o Prefeito Marcelo Crivella tinha demandado judicialmente e não tinha acatado fazer parte desta licita o de concessão. Nesta linha, quer saber sobre o assunto, já que sem a Capital, segundo o Deputado, vai ser a ruína da modelagem de concessão sob o ponto de vista econ mico e do subsídio cruzado. **Sra. Nathalie Giordano** respondeu que o Município do Rio de Janeiro   parte da Região Metropolitana, que deliberou sobre o projeto em fevereiro e ainda vai ter mais uma delibera o que   exigida pela Lei Complementar. Esclarece que de fato o Município do Rio de Janeiro ingressou com uma a o na Justiça Federal, há alguns meses, onde havia um pedido de liminar que não foi deferido e houve uma sentença de extin o do processo, então eles não tiveram sucesso nessa a o que foi ajuizada e não há notícia de outra medida judicial envolvendo o projeto ou que possa repercutir no projeto até o momento. Continuando, destacou que de fato existe uma insatisfa o do Município em rela o   política de subsídios cruzados, mas   uma política prevista no Novo Marco do Saneamento, uma política de regionaliza o, uma prática que decorre do próprio Novo Marco do Saneamento,   por isso que o projeto   fundado nessa política e tem respaldo legal. **Deputado Waldeck** pediu a palavra, disse entender que o tema ainda   muito controverso. O Prefeito segue afirmando que desconhece as decisões do Conselho Deliberativo e isso   um dilema porque na verdade os municípios são entes federativos dotados de certa margem de autonomia, isso   um problema grave, e que parece que a Prefeitura vai continuar nessa atitude de desconhecer o Conselho Deliberativo e as decisões dele provenientes. Por isso, o Deputado destacou que gostaria de ouvir mais da assessoria jurídica sobre o que está sendo feito, se há tratativas em curso com o Município do Rio por parte do governo do Estado ou do Instituto Rio Metr pole, a fim de dirimir d vidas e superar tensões e obstáculos. **Sra. Nathalie Giordano** respondeu que o Município do Rio de Janeiro esteve presente nas reuniões do Conselho Deliberativo, tanto em fevereiro, quanto em maio, e, anteriormente às audiências públicas, para noticiar o projeto e seus andamentos, representado pelo Presidente Claudio Dutra, da Funda o Rio  guas, então eles têm conhecimento das delibera es. Acerca das tratativas, além dessas, houve também um trabalho importante de troca com a Funda o Rio- guas para modifica es técnicas do projeto, a Funda o tem amplo conhecimento sobre o Município do Rio de Janeiro, sobre as áreas irregulares, então houve uma série de reuniões onde a Funda o Rio- guas fez



GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO

ATA DE REUNIÃO DO  
CONSELHO CONSULTIVO DA REGIÃO METROPOLITANA  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



diversas solicitações ao BNDES e várias foram acatadas, como por exemplo, o aumento de investimentos na zona sul, a inclusão de metas com relação as áreas irregulares urbanizadas e outras questões técnicas de aprimoramento, inclusão de equipamentos e outros. **Deputado Luiz Paulo**, com a palavra, perguntou se com a publicação do Marco Regulatório houve um cotejo entre a Lei do Marco Regulatório e a minuta do edital, para ver se eles estão em consonância. A segunda questão é o marco regulatório tem como premissa básica a ampliação abrupta dos investimentos em saneamento básico, o edital divulgado prevê outorga nas suas diversas áreas. A outorga é um impeditivo de investimento. Há um tipo de licitação, de concessão, que de fato prioriza o investimento, que é a de menor tarifa sem outorga. Então o Deputado disse não conseguir entender se a prioridade é investir em saneamento, como o Estado quer se apropriar e ter lucro com a outorga. Disse ainda não ter dúvidas que esse dinheiro da outorga não irá para o saneamento, mas se esvairá nos buracos econômico-financeiros que o Estado está vivendo, tanto é que está no regime de recuperação fiscal. A terceira questão é que lendo a Lei do Marco Regulatório entendemos que uma modelagem de concessão tinha que definir os investimentos prioritários em cada município, e não simplesmente um montante de recursos, o município é composto de distritos, em geral o primeiro distrito é o mais conurbado, é o distrito sede. Entende que esse estudo de definição de valor de investimento ficou profundamente superficial porque não entrou no detalhamento de Município por Município, principalmente no Município da Capital e também nos da Baixada, tendo em vista exatamente a preleção na conversa com a Rio-Águas. Disse ainda não saber quando se diz: “vamos investir x milhões em Nova Iguaçu”, se está contemplado o saneamento básico dos quatro rios que demandam do esgoto *in natura* da Bacia do Rio-Guandu, que é uma das principais causas da criação de geosmina e da poluição da água que abastece todo o Sistema Guandu. Não sabe se esses quatro rios estão nos primeiros investimentos, porque não há nenhum detalhamento. Por fim, disse ter nessa modelagem dois grandes receios, o primeiro é que a CEDAE vai continuar a existir na área da produção e tratamento da água. Ela existindo, o nome CEDAE vai atrair todo passivo trabalhista, ambiental e cível da CEDAE, já que ele não viu no edital que cada área de concessão vai ficar com parte desse passivo. Você vai dar para iniciativa privada o “filé mignon” e para estatal CEDAE o passivo, que não é pequeno, um passivo considerável. Finalmente, o montante da outorga que vai ser derivado para CEDAE, para operação, manutenção e melhorias do Sistema Guandu, especificamente da estação de tratamento de água que é uma das maiores do mundo, e do bombeamento, que também é um dos maiores do mundo, do Lameirão, são valores absolutamente insuficientes para modernizar, reequipar e colocar as instalações em condição de produção, visto que o sistema foi colocado em funcionamento na época da Guanabara, em 1965, no Governo Carlos Lacerda, pelo Secretário Veiga Brito. Disse ainda ter muito receio dessa modelagem ser um “tiro no pé”, com todo respeito as empresas e ao BNDES, essa é uma especialização que requer muito conhecimento e muito estudo e uma decisão muito cautelosa. Mesmo com a adesão de Prefeitos, mesmo com a reunião de fevereiro, daqui a poucos dias começa a campanha eleitoral e no dia 01/01/2021, vão mudar quase todos os Prefeitos e evidentemente aqueles que aderiram monocraticamente, o que entrar vai querer rediscutir. Aqueles que foram por lei, terão a garantia da lei, que perpassa no tempo qualquer gestão, a não ser que seja revogada. Por mais que se converse com a Rio-Águas, vai ser necessário abrir um campo de



GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO



ATA DE REUNIÃO DO  
CONSELHO CONSULTIVO DA REGIÃO METROPOLITANA  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

negociação com o Prefeito que sentar na cadeira, seja ele qual for. Então gostaria de deixar aqui essas arguições e essas ponderações, que podem ser respondidas depois. **Sra. Nathalie Giordano:** sobre o Marco Legal do Saneamento, foi um ponto de atenção contínua da equipe que trabalha no projeto sua compatibilidade com a nova regulamentação ao longo da tramitação. Talvez a previsão que mais tenha influenciado e de forma positiva, foi a previsão de cumprimento de metas de universalização até 2033. É o próprio Marco também que prevê a autorização para que a adesão dos municípios seja por ato do Prefeito, é o artigo 8º, §4º da Lei Federal 14.026/2020. A adesão ocorreu por Decreto, mas há uma atuação posterior dos Municípios na celebração dos convênios. Sobre as questões técnicas, sugiro que se reduza a termo essas perguntas e que sejam encaminhadas ao BNDES, supervisionando para que essas repostas sejam devolvidas ao Conselho. Podemos também marcar uma reunião, alguma outra solução que deixo para decisão do Conselho e do Deputado. **Deputado Luiz Paulo** respondeu que seja feito o que for melhor para gestão do Conselho, desde que as respostas venham. **Sr. Paulo de Tarso** pediu a palavra, cumprimentou os presentes, complementando a fala do Deputado Luiz Paulo, disse ter participado de uma reunião a convite do Ministério Público, junto ao BNDES, para justamente poder falar da participação do Comitê Guandu na modelagem. Na ocasião, informou que não tiveram a oportunidade de ajudar no momento da construção, mas enviaram as contribuições pelas audiências, mostrando o Plano de Bacias que também junto com os municípios precisam estar de acordo com a modelagem e também com o Plano Metropolitano, enviou todas as contribuições também em reunião do grupo de trabalho que foi criado para o Plano Metropolitano de Saneamento e salientou mais uma vez a necessidade de conciliar todos os projetos da Câmara Metropolitana, modelagem do BNDES, Municípios e Planos de Bacias dos Comitês de Bacias. Destacou que está à disposição para ajudar de todas as formas possíveis, inclusive porque tem projetos, não só projetos de maneira a ajudar aos municípios, mas também projetos de saneamento com construções de estações de tratamento e precisa entender como é que todos esses entes, Instituto Rio Metr pole, modelagem do BNDES e Municípios estão conversando, para que possamos nos organizar dentro do Comitê de Bacias e definir como meta a utilização de 70% dos nossos recursos que se destinam a saneamento básico. **Sra. Nathalie Giordano** gostaria de complementar a fala anterior para informar que em decorrência do período de 60 dias de consulta pública, foram recebidas 1200 contribuições, que estão sendo consideradas pela equipe que trabalha no projeto e serão respondidas em breve. Algumas questões que foram colocadas pelo Deputado Luiz Paulo também foram objeto de consulta pública, que serão respondidas, e também foram discutidas nas audiências públicas, nas três audiências que foram realizadas ao longo desse período. Existe um site, que foi informado ao Conselho, que é o “<http://rj.gov.br/consultapublica/>” e nesse site, além dos instrumentos que foram encaminhados, há as atas das audiências que foram realizadas com essas indagações e respostas, os instrumentos e apresentações do projeto. **Sr. Marcio Garcia**, com a palavra que se o Deputado puder reduzir a termo esses questionamentos e, através da Secretaria Executiva, enviarmos ao BNDES, evitando-se mais uma reunião e trazendo celeridade. **Deputado Luiz Paulo** disse não ter problema nenhum em escrever e não está querendo discutir. Destacou que depois que acontecem as consultas públicas são dezenas de discussões e sugestões, mas depois tem uma etapa final que é o que foi acatado e o que não foi acatado. Disse estar fazendo perguntas



GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO

ATA DE REUNIÃO DO  
CONSELHO CONSULTIVO DA REGIÃO METROPOLITANA  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



que entende cruciais porque algumas podem ter sido acatadas e outras não, então quer saber, a final, do que colocou, o que foi levado em consideração ou não. **Sra. Nathalie Giordano**, com a palavra, disse ao Deputado que se ajudar, a Secretaria Executiva poderia reduzir a termo a ata e encaminhar. **Deputado Luiz Paulo** concordou e agradeceu. **Sr. Marcio Garcia** se comprometeu pessoalmente, na qualidade de Presidente interino, a dar o encaminhamento assim que for reduzida a termo a ata. Registrou que ainda não foi estabelecido o *quorum*, portanto a reunião tem caráter informativo. **Deputado Luiz Paulo** se retirou. **Sr. Marcio Garcia**, dando sequência, informou que será marcada nova reunião com o Conselho Consultivo, em que um dos itens da pauta será a eleição para Presidente. Com a saída do Presidente Juarez, o Sr. Márcio afirmou que assumirá a Presidência do Conselho nesse período, já que é Vice-Presidente, e até a próxima reunião os demais Conselheiros que tiverem interesse em se candidatar podem fazer as articulações necessárias para já na próxima reunião trazermos como ordem do dia a eleição para Presidente do Conselho Consultivo, até lá exerce essa função de Presidente em caráter interino. Também como pauta da próxima reunião, teremos a recomposição do Conselho, alguns Conselheiros se afastaram, por motivos diversos, algumas instituições já foram oficiadas para apresentar substituto, a exemplo do Ministério Público, da Prefeitura do Rio de Janeiro, da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e do Governador do Estado, o qual já informou os nomes que serão colocados para aprovação na próxima reunião. Por fim, destacou que tivemos a constituição de três grupos de trabalho que se encontram em andamento, o primeiro para discutir critérios para sistematização do modo de escolha dos Conselheiros que vêm da sociedade civil, grupo constituído na última reunião do Conselho Consultivo, e que na interinidade o Presidente fará contato com esses Conselheiros para saber do andamento dos trabalhos, que é constituído pelo Deputado Waldeck, Sr. João Leal, Sr. Paulo de Tarso, Sra. Dalle Schmid, Sr. Marcio Garcia, Sr. Luiz Caetano, Sr. Zeca Borges e Sr. José Aranha. Um segundo Conselho, que o Presidente também entrará em contato para saber do andamento dos trabalhos, são pessoas interessadas em participar de maneira mais direta do processo de construção do Plano Metropolitano de Resíduos Sólidos, formado por Sra. Lucimar Cunha, Sr. Paulo de Tarso e Sra. Dalle Schmid. Por fim, o terceiro grupo de trabalho, cujo tema é a inclusão do Município de Petrópolis ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, composto por Sra. Lucimar Cunha, Sra. Dalle Schmid e Sr. Rodrigo Sias. Então esses três grupos de trabalho serão contactados antes da próxima reunião para que a gente entenda como anda o trabalho dessas comissões. Seguidamente, abriu para manifestações. **Sr. João Leal** perguntou quando será a próxima reunião, ao que o **Sr. Marcio Garcia** respondeu que deve acontecer em aproximadamente 30 dias, o que será verificado junto à Secretaria Executiva. **Sr. Bernardo Santoro** complementou que a convocação precisa ser feita em diário oficial com 15 dias de antecedência, sendo então todos informados com bastante antecedência até porque será uma reunião muito importante, que vai deliberar sobre o novo presidente do Conselho Consultivo, saudou e agradeceu a todos. **Sr. Marcio Garcia**, Presidente em exercício, agradeceu a todos e declarou encerrada a reunião às 12h28min.



GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO



**ATA DE REUNIÃO DO  
CONSELHO CONSULTIVO DA REGIÃO METROPOLITANA  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

| Lista de Presença dos membros do Conselho Consultivo              |                                    |          |         |
|---|------------------------------------|----------|---------|
| Representatividade  | Nome                               | Presente | Ausente |
| REPRESENTANTE DO SETOR COMERCIAL                                  | ALDO CARLOS DE MOURA GONÇALVES     | X        |         |
| REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO DO CONJUNTO DE MUNICÍPIOS        | AMARILDO SOARES                    |          | X       |
| DEFENSORIA PÚBLICA  | ARNALDO GOLDEMBERG                 | X        |         |
| REPRESENTANTE DO SETOR COMERCIAL                                  | CARLA CHRISTINA FERNANDES PINHEIRO | X        |         |
| REPRESENTANTE DE ÓRGÃOS DE CLASSE                                 | DALLE ANNE SCHMID DO AMARAL        | X        |         |
| REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO DO CONJUNTO DE MUNICÍPIOS        | EVANILDO BARRETO                   |          | X       |
| REPRESENTANTE DO SETOR COMERCIAL                                  | FABIO ROSSI DE QUEIROZ             |          | X       |
| REPRESENTANTE DE SEGMENTOS SOCIAIS NÃO REPRESENTADOS              | FELIPE REIS ALMEIDA                |          | X       |
| REPRESENTANTE DE EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS                         | GUSTAVO BACELLAR DE FARIA          |          | X       |
| REPRESENTANTE DO SETOR EMPRESARIAL                                | HELIO CABRAL MOREIRA               | X        |         |
| REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO | JAIRO DE SOUZA SANTOS JUNIOR       |          | X       |
| REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO DO CONJUNTO DE MUNICÍPIOS        | JOÃO PEDRO MOTTA LEAL              | X        |         |
| REPRESENTANTE DE SEGMENTOS SOCIAIS NÃO REPRESENTADOS              | JOSÉ ALBERTO SAMPAIO ARANHA        | X        |         |
| REPRESENTANTE DE ONG'S  | JOSÉ ANTONIO BORGES FORTES         | X        |         |
| REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO                        | JUAREZ FIALHO DA SILVA JUNIOR      | X        |         |
| REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO DOS DE MAIS MUNICÍPIOS         | LAERTE ALVES DAS CHAGAS            |          | X       |
| REPRESENTANTE DE SEGMENTOS SOCIAIS NÃO REPRESENTADOS              | LETÍCIA MOREIRA ARSENIO            |          | X       |
| REPRESENTANTE DE ONG'S  | LUCAS BERLANZA CORRÊA              |          | X       |
| REPRESENTANTE DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO OU DE PESQUISA            | LUCIMAR SOUZA CUNHA                | X        |         |
| REPRESENTANTE DO SETOR INDUSTRIAL                                 | LUIZ CÉSIO DE SOUZA CAETANO ALVES  | X        |         |
| REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO                      | LUIZ PAULO CORREA DA ROCHA         | X        |         |
| REPRESENTANTE DO SETOR INDUSTRIAL                                 | MARCELO DIAB ELIAS KAIUCA          |          | X       |



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**



**ATA DE REUNIÃO DO  
CONSELHO CONSULTIVO DA REGIÃO METROPOLITANA  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

|  |   |   |   |
|--|---|---|---|
| REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO DOS DEMAIS MUNICÍPIOS   | MARCELO PRADO WERMELINGER               | X |   |
| REPRESENTANTE DE ÓRGÃOS DE CLASSE                          | MARCIO GARCIA LIÑARES                   | X |   |
| REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO               | MARCIO HENRIQUE CRUZ PACHECO            |   | X |
| REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO DOS DEMAIS MUNICÍPIOS   | MARCOS ALEXANDRE PERES COSTA            | X |   |
| REPRESENTANTE DE SEGMENTOS SOCIAIS NÃO REPRESENTADOS       | MARIA LUIZA REIS DA SILVA               | X |   |
| REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO DO CONJUNTO DE MUNICÍPIOS | MARILIA SORRINI PERES ORTIZ             | X |   |
| REPRESENTANTE DO SETOR INDUSTRIAL                          | MAURO RIBEIRO VIEGAS FILHO              | X |   |
| REPRESENTANTE DE SEGMENTOS SOCIAIS NÃO REPRESENTADOS       | PAULO DE TARSO DE LIMA PIMENTA          | X |   |
| REPRESENTANTE DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO OU DE PESQUISA     | PAULO VICENTE DOS SANTOS ALVES          |   | X |
| REPRESENTANTE DE EMPRESAS ESTATAIS                         | RODRIGO LUIZ SIAS DE AZEVEDO            | X |   |
| REPRESENTANTE DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO OU DE PESQUISA     | ROGERIO ATEM                            | X |   |
| REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO               | VANDRO LOPES GONÇALVES (VANDRO FAMÍLIA) | X |   |
| REPRESENTANTE DE ÓRGÃOS DE CLASSE                          | WAGNER HUCKLEVBERRY SIQUEIRA            |   | X |
| REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO               | WALDECK CARNEIRO DA SILVA               | X |   |
| REPRESENTANTE DE SEGMENTOS SOCIAIS NÃO REPRESENTADOS       | WESLEY BARRETO GOMES DA COSTA           |   | X |